

As mulheres na família e na sociedade paulistanas

MARIA ALICE SETUBAL *

Trecho do texto FAMÍLIAS PAULISTAS, FAMÍLIAS PLURAIS, que consta da COLEÇÃO TERRA PAULISTA: HISTÓRIA, ARTE, COSTUMES, volume 2, MODOS DE VIDA DOS PAULISTAS: IDENTIDADES, FAMÍLIAS E ESPAÇOS DOMÉSTICOS, páginas 76 a 81. Editada pelo Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária – Cenpec, em 2004.

Estudos recentes têm demonstrado que os papéis sociais desempenhados pelas mulheres no passado brasileiro, incluindo o paulista, matizam enfaticamente a total condição de submissão que até há poucas décadas prevalecia na bibliografia. Seja nas elites, seja nas camadas intermediárias ou populares, seja na condição escrava ou forra, a mulher paulista constituiu-se em sujeito de sua própria história lutando nas tensas redes sociais ou mesmo nos matrimônios.

No tocante aos segmentos de elite, a autoridade pública e formal do homem tem, como contrapartida, o papel estratégico da mulher no grupo familiar. De fato, a mulher branca é valorizada como fulcro do projeto social de dominação portuguesa: imagem da grande dama que exercia limpeza de sangue, socializadora dos filhos e dos escravos.

Era ela quem assegurava a formação, harmonização e perpetuação dos valores familiares. Também exercia o comando das atividades produtivas, função essencial para que o homem pudesse se ausentar na abertura de novas fronteiras, na comercialização e na ocupação de cargos públicos.

As mulheres compartilhavam o *status* dos maridos no controle da casa e em todas as atividades aí envolvidas. Ao assumirem distintos papéis sociais, as mulheres paulistas das elites tiveram uma função decisiva na continuidade dos clãs familiares e nos bastidores dos processos que contribuíram para o desenvolvimento do território.

* MARIA ALICE SETUBAL é presidente do Conselho Administrativo do Cenpec e da Fundação Tide Setubal. Socióloga e mestre na área de Ciências Políticas pela Universidade de São Paulo (USP), doutora em Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Integrante do Colegiado de apoio do Movimento Nossa São Paulo.

Mulheres chefes de família

A chefia de unidades domésticas por mulheres parece ter sido muito comum no Brasil colonial, especialmente em São Paulo, que teve suas fronteiras abertas desde o século XVII pelas bandeiras e pelo tropeirismo, pela mineração e pelo açúcar, no século XVIII, e pelo café, no século XIX. Esse fenômeno perpassa tanto as elites quanto as camadas populares nas zonas rural e urbana, embora a existência de mulheres sozinhas no campo só acontecesse quando os filhos já estavam em idade produtiva, ou se ela contasse com escravos e/ou agregados.

Maria Odília Dias assinala que nos finais do século XVIII e início do século XIX, com a urbanização da capital paulista, cresce o número de mulheres pobres: escravas e forra, sobrevivendo de artesanato caseiro e pequeno comércio ambulante, são parte da economia escravista e da concentração da terra e, com o final da escravidão, vêm-se expulsas do centro para a retaguarda da cidade.¹

A autora observa que já nos finais do século XVII destacava-se a liderança das mulheres no artesanato caseiro – panos de algodão, redes, chapéus de feltro, marmelada -, enquanto os homens se ocupavam com atividades finais de transporte e comercialização. Essas ocupações os levavam a se ausentar para o sertão ou a adotar uma vida andeja como intermediários de firmas comerciais entre Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. Assim, as mulheres tiveram de assumir papéis masculinos de administração dos bens, entre eles a roça e a criação de gado.

Paralelamente, mulheres sós, chefes de família, ocupavam posições de lavadeiras, quitandeiras, roceiras, costureiras e comerciantes de gêneros como frango, ovos, toucinho, fumo etc. Dias ressalta também a existência de uma organização familiar matrifocal, ou seja, de laços primários extremamente fortes entre mães e filhas.

Embora se detectasse uma certa tensão em movimentos cíclicos, pois filhas e netas se afastavam da casa em decorrência do casamento ou de uniões informais, muitas vezes elas retornavam trazendo filhos ilegítimos. Reafirmava-se, desse modo, o modelo matrifocal.

Os concubinatos efêmeros e as mães solteiras mostravam-se bastante comuns e as relações de vizinhança e parentela eram condições essenciais para a organização de serviços e agências do comércio local.

As estradas de ferro transformaram o sistema local de acesso a gêneros alimentícios e o comércio de ambulante

foi recuando para os limites da pobreza urbana. Com a crescente urbanização, a capital assistiu ao aumento do número de mulheres pobres que gravitavam às margens da classe dominante e conviviam com vizinhas mestiças, pardas, mulatas, forras, fenômeno que, em alguma escala, reproduzia-se nas maiores vilas e cidades do interior paulista.

Trabalho, liderança e capacidade de comando

No campo, a vida das mulheres também não era fácil, acompanhando as atividades do marido, principalmente quando os filhos eram muito pequenos e ainda não podiam contribuir. Como atestam os documentos, o trabalho de crianças era bastante comum, especialmente nos séculos XVIII e XIX.

Elizabeth Kuznesof considera que

“O trabalho da mulher era tão importante quanto o do homem e freqüentemente se sobrepunha a ele. Em geral, tarefas relacionadas com a produção doméstica de utensílios, roupas, sabão, óleo para combustível e luz, lenha, água e trabalhos relacionados com cozinhar, limpar, cuidar de crianças eram e são a principal responsabilidade de mulheres e crianças. Ambos, homens e mulheres, trabalhavam nos campos com divisões dos tipos de trabalho, dependendo mais da idade e força que do sexo”².

A imagem das mulheres da elite paulista difundiu-se amplamente no imaginário brasileiro, muitas vezes apoiada em pinturas, nos relatos de viajantes, como Saint-Hilaire, e em outros documentos, como as cartas da educadora alemã Ina Von Binzer³.

As senhoras paulistas do século XIX são percebidas até os dias atuais como reclusas, sem educação formal, só pensando em luxo e festas e tendo à sua volta escravos para todo tipo de trabalho.

No entanto, estudos recentes⁴ têm apontado o importante papel desempenhado por mulheres da oligarquia rural paulista na gerência de suas fazendas, tendo-se em conta, especialmente, as longas ausências dos maridos.

Marina Maluf⁵ analisa os diários de Floriza Barbosa Ferraz e Brázilia Oliveira Franco de Lacerda, ambas nascidas nos finais do século XIX, casadas com fazendeiros que abriram terras no Oeste Paulista. Os afazeres domésticos assumiam enormes proporções e complexidade, considerando-se a auto-suficiência das propriedades

rurais e o grande número de escravos: pode-se dizer que a fazenda era uma empresa doméstica que exigia capacidade de administração e liderança.

No caso de Ana Carolina de Arruda Botelho, esposa do conde do Pinhal, além dos cuidados com os 12 filhos e todos os afazeres domésticos, cabia-lhe a supervisão dos 300 escravos da fazenda, o que implicava confecção de roupas, alimentação, cuidados com saúde, elaboração de remédios com ervas medicinais.

“Se no mundo urbano, principalmente, a mulher da classe dominante se deslocava da atividade direta dos negócios da casa para o gerenciamento desses negócios, em certas zonas mais distantes do mundo agrário esse fenômeno deve ser relativizado. Aqui, a proprietária, a um só tempo fazendeira e dona de casa, era compelida a cumprir um extenso conjunto de obrigações. Nas fazendas – e não só nas regiões inóspitas – tudo estava para ser feito e implantado, o que tornava obrigatório o redimensionamento dos encargos da casa. Além dos cuidados cotidianos com a família, a mulher ainda se responsabilizava pela criação de porcos, galinhas e outros animais domésticos... Supervisionava e controlava o conhecimento do processo de trabalho envolvido em todas as atividades da casa grande, como cozinha, costura, bordado e a produção de compotas, doces, geléias,

pão, broas, biscoitos, sabão e velas. Afinal, aquela não era apenas a sua família, era também o negócio, a propriedade da qual era sócia.”⁶

Assim, no século XIX, com os maridos ausentes – abrindo fronteiras do café, conduzindo tropas de mulas ou comercializando produtos na capital paulista ou na Corte, a submissão ao esposo, traço dominante na época, não excluiu a capacidade feminina de comandar e desempenhar atividades, o que acabou matizando a própria submissão.

Maria Odila Dias sustenta que, por força de fenômenos demográficos e da ausência dos maridos, as mulheres tiveram que assumir papéis masculinos e também de liderança social: eram fundadoras de capelas, curadoras, mulheres de negócio, administradoras de fazendas e líderes políticas locais. Essa liderança tanto nas fazendas quanto nas vilas exigia das mulheres um papel de coesão e harmonização, estampado no estereótipo de matriarcas hospitaleiras e generosas. Paralelamente, houve também a influência de senhoras prepotentes, em decorrência do status familiar. Embora não exercessem cargos na administração pública, na qualidade de proprietárias e herdeiras, elas se intrometiam constantemente na política: um exemplo bastante claro é o da marquesa de Santos, durante o Primeiro Império.

NOTAS

- 1 DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- 2 KUSNESOF. Apud MARTINS, Valter. *Nem senhores, nem escravos – os pequenos agricultores em Campinas, 1800-1850*. Campinas: Centro de Memória; Unicamp, 1996. p. 48 (Coleção Campiniana, 10).
- 3 BINZER, Ina Von. *Os maus romanos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- 4 Ver, entre outros, os trabalhos de ALGRANTI, Leila Mezan. “Famílias e vida doméstica”. In: NOVAIS, Fernando A. (Dir.); SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. Vol 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote – mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. VAZ, Maria Luíza Albiero. *Mulheres de elite: conciliação e resistência*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USPFLCH, 1995.
- 5 MALUF, Marina. *Ruídos da memória*. São Paulo: Siciliano, 1995.
- 6 MALUF, Marina, op. Cit., p. 282.

